

Reestruturação econômica e segregação sócioespacial: uma análise da região da Grande Terra Vermelha

Rossana Mattos¹
Teresa da Silva Rosa²

Resumo

Este trabalho visa discutir e avaliar em que medida as mudanças econômicas e sociais ocorridas no país, a partir da década de 1980, alteraram o padrão da configuração sócioespacial e contribuíram para o processo de segregação na região da Grande Terra Vermelha - GTV, no contexto da reestruturação produtiva e das conseqüentes mudanças no mercado de trabalho. Tem como hipótese central o aprofundamento da segregação que pode levar à fragmentação social e, conseqüentemente, gerar um ambiente social pouco propício à construção da estratégia da convenção e à conservação ambiental, criando um ambiente propício à segregação socioespacial.

Palavras chaves: Reestruturação econômica. Configuração sócioespacial. Mercado de trabalho. Segregação socioespacial

Introdução

As grandes mudanças que se processaram na dinâmica econômica, no século XX, na economia mundial e brasileira, promoveram importantes transformações nas dimensões da sociedade, tanto no processo de produção quanto nos movimentos da sociedade como um todo, notadamente no espaço sócio urbano, bem como no tocante a dimensão ambiental. Nesse contexto, essas transformações se refletiram com grande intensidade nas cidades, impactando a relação sócioespacial, gerando o agravamento da segregação e da degradação ambiental.

¹ Doutora em Ciências Sociais – PUC/São Paulo; Professora do Mestrado em Ciências Sociais do Centro Universitário Vila Velha- UVV/PUC-SP; Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais - NEUS/UVV; Professora Adjunta do Departamento de Administração da UFES; rossanamattos@terra.com.br

² Doutora em Ciências Sociais – Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais do Centro Universitário Vila Velha- UVV/PUC-SP; Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais - NEUS/UVV; Pesquisadora Colaboradora CINAIS/UFRRJ e CERESAN /UFRRJ
Pesquisadora Bolsista do CNPq : Projeto Mudanças Climáticas e Desigualdades Sociais

No Brasil, essa dinâmica está associada às novas configurações do processo de urbanização e industrialização bem como a segregação que se evidencia nas cidades, enquanto locus do processo de modernização, e ao avanço do modelo capitalista de produção, um modelo inerentemente impactante social e ambientalmente. Esse processo ganha força na década de 1930, com grande expressão a partir do início dos anos 60, consolidando, com isso, o padrão periférico de crescimento.

O movimento populacional, em que há uma mobilidade, predominantemente para áreas carentes de mão de obra, com um fluxo que configurou um movimento do centro para a periferia, intensificou, concomitantemente, as desigualdades sociais e a degradação ambiental no Brasil, pautadas na grande concentração econômica. Com isso, a grande expansão desordenada das periferias das cidades passou a representar a contradição da urbanização modernizadora que se alongou no percurso do processo de desenvolvimento nacional. Expansão que se dá, na maioria das vezes, a partir da apropriação de espaços naturais que são excluídos *do e por* este mesmo processo de desenvolvimento. Como se vê no caso do estudo de caso em questão, estes espaços marginalizados, são, muitas vezes, áreas de preservação permanente (APP³). Estas áreas possuem, caracteristicamente, função ambiental importante, que, não sendo mercantilizadas, são, assim, desvalorizados pelo mercado e, conseqüentemente, excluídas da lógica expansionista do capitalismo.

No Espírito Santo, além da desestruturação da sociedade rural, outro fator contribuiu para a migração para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RGMV): a instalação dos Grandes Projetos Industriais, a partir da década de 60. Isto faz com que a economia capixaba passe a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, que se consolida no Espírito Santo a partir de 1970. Os projetos foram agrupados em 5 (cinco) complexos, sendo 3 (três) do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e 2 (dois) do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual)⁴.

³ As APPs são compostas por áreas de restinga, florestas, manguezais, dunas entre outras formações geográficas, segundo o art. 2º caput e 3º caput do Código Florestal, a Lei 4.771/1965 e 7.803/1989 bem como a Resolução CONAMA 303 de 20/03/2002.

⁴ Quanto à caracterização dos mesmos, os setores e secundário e terciário compreendiam:

Complexo Siderúrgico: 1) Usina Siderúrgica de Tubarão — Localização: Ponta de Tubarão — Município da Serra — Grande Vitória; Linha de Produção: Semi-acabados (slabs) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno; **2) Usina de Laminação Não-Planos** (projeto em expansão) — Localização: Município de Cariacica — Grande Vitória, Linha de Produção: não-planos, tais como: fio-máquina, barris, perfis, cantoneiras, etc. ; **3) Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce** — Localização: Ponta de Tubarão — Vitória; Linha de Produção: pellets de minério de

Credita-se esse segundo salto à inserção da economia capixaba a lógica da expansão da economia capitalista brasileira, reflexo da expansão internacional. O Espírito Santo deixa de se caracterizar por uma economia agrícola e passa à era industrial. O setor industrial vai assumir um papel dinâmico na economia capixaba, conduzindo o Estado a um novo estágio econômico no processo de desenvolvimento estadual e nacional.

Os incentivos fiscais, em especial o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), desempenharam um papel importante na formação e consolidação dos arranjos produtivos do Estado e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) nos investimentos estratégicos em infra estrutura de operação – os EADI – Entrepasto Aduaneiro de Interior. Assim, é a partir de 1970 que a Grande Vitória inicia mudanças estruturais dando impulso a etapa do processo econômico industrial– exportador do Estado.

Entretanto, na Grande Vitória, o processo de urbanização acelerado, resultado do movimento migratório, intensificou e gerou novas formas de desigualdade social, na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração.

Contexto Geral

A década de 70 é marcante para o Espírito Santo quando tanto a economia local assume as características de economia industrial como a transição demográfica do rural para o urbano se faz, como evidencia o gráfico abaixo.

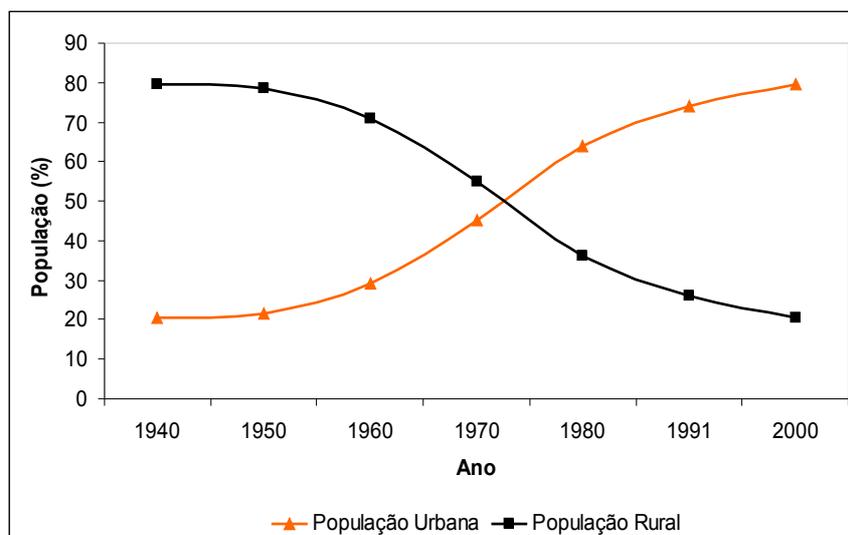
ferro; **4) Usina de Pelotização da Samarco** — **Localização:** Praia de Ubu — Município de Anchieta, litoral sul, ES — **Linha de Produção:** pellets de minério de ferro — A implantação da Samarco exigiu, além do complexo portuário no Espírito Santo, instalações de lavra, concentração e parte do mineroduto no Estado de Minas Gerais.

Complexo Naval : **Localização:** Praia de Camburi — Vitória

Complexo Paraquímico: 1) Aracruz Celulose S/A — **Localização:** Barra do Riacho — Município de Aracruz, ES — **Linha de Produção:** celulose branqueada tipo Kraft — O investimento acoplava: indústria, floresta e infra-estrutura portuária; **2) Flonibra** — **Empreendimentos Florestais** — **Localização:** Municípios de São Mateus e Linhares — litoral norte, ES — **Linha de Produção:** celulose branqueada tipo Kraft

Complexo Portuário : 1) Portos de apoio: Superporto de Tubarão para a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); Porto de Barra do Riacho (terminal da aracruz Celulose); Terminal de exportação de Ubu (Samitre/Marcona) — Samarco; **2) Obras portuárias do canal da baía de Vitória:** Melhoria do atual cais comercial de Vitória e do canal de acesso; Construção do cais de Capuba/Atalaia (Terminal do Corredor de Exportação — GO/MG/ES); Construção do Cais de Jaburuna (para contêineres); Construção do Cais de Aribiri (carga geral); Ampliação, melhoria e adaptação do cais do Jabour (de açúcar, petróleo, melado, álcool, cimento e gusa) (SIQUEIRA, 2001:89-91).

Evolução da população urbana e rural, Espírito Santo 1940- 2000



A partir de 1970, surgem e se expandem na Grande Vitória inúmeros bairros periféricos, que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora empregada, ampliando a participação da RMGV na evolução da população capixaba, como mostra a tabela a seguir .

Participação da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo:

1940– 2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	324.285
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.719	88.400
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	321.181
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	53.452
Vila Velha	17.079	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	345.965
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	292.304
G. Vitória	102.851	123.281	209.172	410.103	744.759	1.126.638	1.425.587
E. Santo	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.600.618	3.097.232
GV/ES (%)	13,71	14,31	17,88	25,64	36,82	43,32	46,03

São nessas áreas periféricas que se concentra tanto a pobreza da cidade como de seus habitantes. A ocupação de morros, mangues e baixadas tanto no centro da cidade como na periferia da aglomeração, a formação de novas favelas e a expansão de bairros carentes foram conseqüências desse processo, que provocou um maior empobrecimento na região da Grande Vitória (Siqueira, 2001:145).

Nessa perspectiva, a adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotada pelo governo Estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando a substituição da modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória; por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advindo do campo, num primeiro momento inserido nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e com a conclusão dos mesmos, colocado fora do mercado de trabalho formal.

Nesse cenário, na Grande Vitória, o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social nem por ações de conservação dos ecossistemas locais. A região enfrenta sérios problemas relacionados ao crescimento de suas cidades. O processo de desenvolvimento capixaba aliou, em algumas situações, a desigualdade social a uma concentração espacial da pobreza e a degradação do sistema natural. No sentido dessas questões, Castells (2000), ao focar as pesquisas que relacionam urbanização e desenvolvimento, faz uma constatação, que, segundo o autor, merece aprofundamento, ou seja, pode haver aceleração do crescimento urbano nos países subdesenvolvidos, superior inclusive à dos países industrializados, sem que haja um desenvolvimento social concomitante ou uma preocupação ambiental. Inclusive, os dados estatísticos reforçam essa proposição. Isso porque o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos não segue a mesma lógica dos países industrializados. Na literatura especializada, o fenômeno de crescimento acelerado nos países em desenvolvimento é conhecido como hiperurbanização,

[...] que conota a idéia de um nível de urbanização superior ao que poderíamos alcançar 'normalmente', em vista do nível de industrialização. A hiperurbanização aparece como um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que ela imobiliza os recursos sob a forma de investimentos não produtivos, necessários à criação e à organização de serviços indispensáveis às grandes

concentrações de população, enquanto estas não se justificam como centros de produção. Mais ainda, a concentração num mesmo espaço, de uma população com baixo nível de vida e uma taxa elevada de desemprego, é considerada ameaçadora, pois cria condições favoráveis à propaganda política ‘extremista’...! (Castells, 2000:79).

Trazendo esta discussão para o lócus da cidade, entendendo que a estrutura urbana define a possibilidade, ou não, de acesso aos recursos materiais disponíveis no espaço urbano, esta mesma estrutura também pode expressar as desigualdades inerentes à possibilidade de participação e de usufruto dos produtos por ela gerados.

Nessa perspectiva, é importante destacar a parcialidade de várias análises feitas sobre a economia capixaba considerando apenas os fatores positivos como sua localização geográfica e condições naturais privilegiadas; a implantação dos grandes empreendimentos industriais ligados ao mercado internacional e como os investimentos em infraestrutura portuária e ferroviária, que criaram uma base industrial e de serviços especializados no comércio internacional, o que possibilitou a inserção do Espírito Santo na nova lógica de desenvolvimento predominante a partir de 1980, a lógica da mundialização.

Nesse contexto, Wanderley (2004:69) alerta que o processo de mundialização é um sistema de ordem/desordem, campo de novos conflitos onde os efeitos sociais são cada vez mais perversos para as maiorias “[...] precarizando a situação dos “incluídos” e aumentando o número dos “excluídos”.

Reestruturação econômica e segregação sócioespacial na Grande Terra Vermelha

Vila Velha, município que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória, apesar de passar pelo mesmo processo de desestruturação sócioespacial dos outros municípios da Região, possui características diferentes. No aspecto econômico, nos anos 70, com o regime militar, a economia capixaba foi marcada por uma mudança radical no ritmo, na escala e na orientação dos investimentos, fazendo com que a economia regional passasse a ser regida cada vez mais pela lógica e pela dinâmica do mercado internacional, com a implantação de Grandes Projetos – Vale do Rio Doce, Samarco, Aracruz e Companhia Siderúrgica de Tubarão – causando profundas mudanças sociais no Espírito Santo, principalmente em Vila Velha, que, no âmbito social, contribuiu para a ocupação desordenada do espaço urbano, ocasionando o fenômeno da

favelização/proletarização, servindo como cidade dormitório da mão-de-obra não especializada, que atendia às empresas da construção civil na implantação dos grandes projetos. A industrialização rápida tem, portanto, um papel importante na formação do aglomerado urbano da Grande Vitória, em especial na cidade de Vila Velha, pela falta de um planejamento social.

Assim, o processo de transformação econômica vivenciado pelo município, a partir dos anos 80, a reboque dos grandes projetos, forma uma ampla rede de serviços, logística e um grande pólo de confecções, que remodela o espaço geográfico, inserindo-se na lógica dos grandes centros urbanos e perdendo as características de uma típica Vila. Nesse contexto, o município agrega “duas cidades”, uma formada ao longo do litoral, com a especulação imobiliária e alguns pólos econômicos e comerciais; e outra periférica e marginalizada que ocupa os grandes vazios demográficos no entorno dessas regiões, vazios, muitas vezes, ocupados por áreas de preservação ambiental excluídas do processo de desenvolvimento. Estas são áreas “desvalorizadas”, pois são excluídas da lógica mercantil por serem caracterizadas por serviços e funções ambientais que, em dado momento da evolução da ocupação espacial, não são mercantilizados. Estas áreas passam, conseqüentemente, a serem alvo de invasão e ocupação irregular, como veremos a seguir. Ou seja, pode-se observar, portanto, a superposição espacial de dois tipos de exclusão, a ecológica, caracterizada por áreas não valorizadas pela lógica do mercado, e a social, composta por uma mão de obra que, incapaz de ser inserida nesta mesma lógica, adentra na informalidade econômica e na precariedade social.

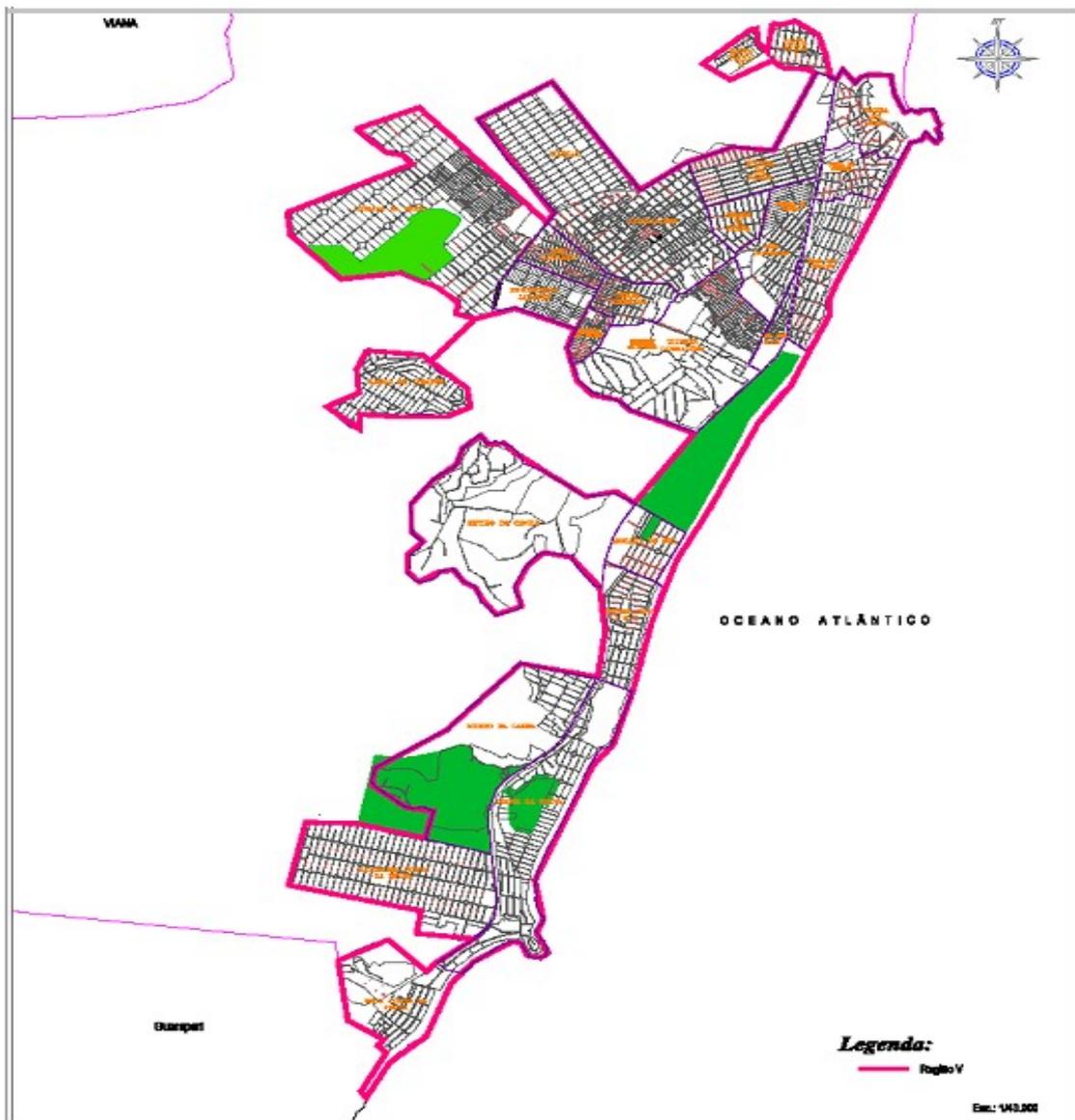
Naquele contexto, uma variável importante na constituição e na regulação da Grande Terra Vermelha foi o estímulo de políticos locais no processo de invasão e ocupação irregular, bem como o fato de que

[...] Vários empresários que realizam extração de areia hoje em áreas que eles se dizem proprietários tiveram, assim, papel fundamental na morfologia do sítio e em sua própria ocupação, pois diversos deles organizam venda de lotes nos terrenos uma vez que esses foram bastante explorados e se encontram esburacados. Na área se montou, com a ajuda de certos políticos, verdadeira estrutura de controle político-criminoso-especulativo” (ZANOTELLI, 2008:13).

Com isso, os moradores, que, em grande parte, não possuem título de posse e nem escritura, encontram-se a mercê das pressões exercida pela “máfia da terra”, o que é confirmado por informantes da pesquisa realizada por Zanotelli (2008) no bairro, onde um dos moradores atua como chefe de uma gangue de venda e revenda de lotes, conhecida como gangue da cabeça, que decapita suas vítimas. Nesse contexto Zanotelli (2008:14) constata que

[...] Estamos, dessa maneira, diante de um processo de extração de riqueza e de controle ‘selvagem’ da propriedade onde a construção da cidade está submetida a processos de apropriação de espaços públicos originalmente inconstituíveis e que aos poucos se valorizam com intervenções públicas e onde se busca realizar lucros com a venda de terrenos com a instalação de algumas infra-estruturas, mesmo que limitadas, que demandam uma população vivendo, em parte, encurralada política e economicamente na área.

É nesse cenário que se destaca-se a região da Grande Terra Vermelha – GTV –, localizada à cerca de 20 km do Centro do município de Vila Velha, que começa a se constituir em meados da década de 1970, com o surgimento de loteamentos, muitos clandestinos, e invasões, inclusive de áreas de proteção ambiental (Mapa 1).

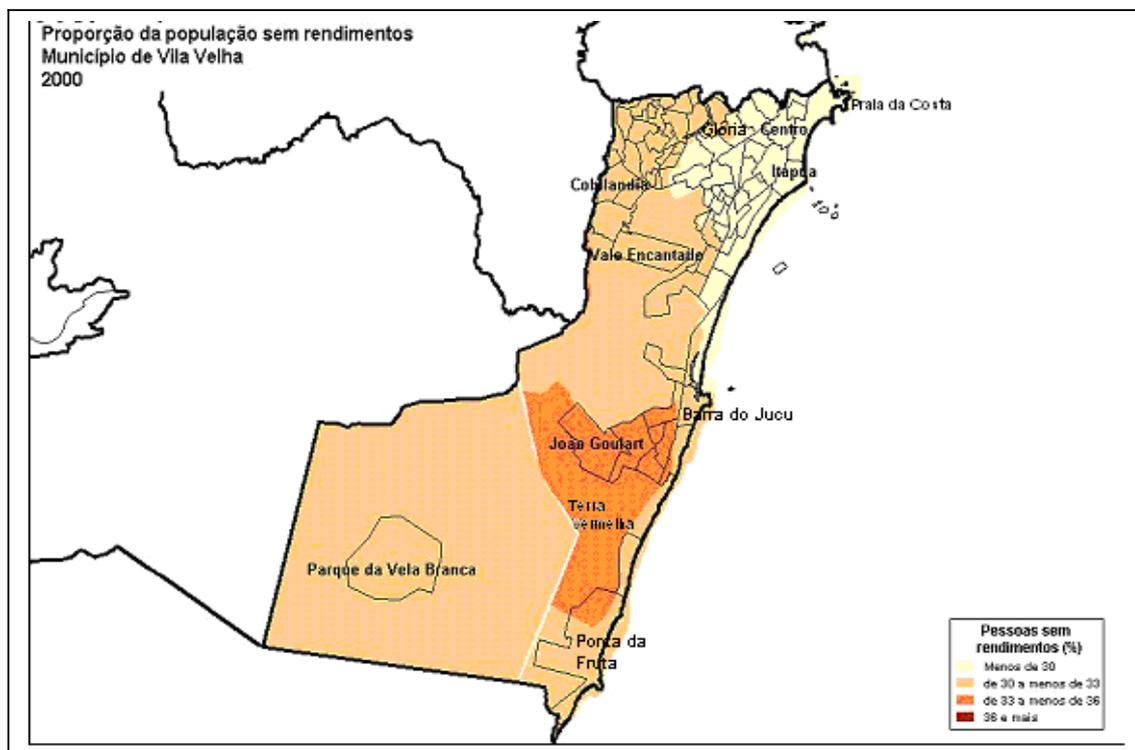


Mapa 1 - Regiões Administrativas do Município de Vila Velha
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Como os outros bairros periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória, a Grande Terra Vermelha, também, se consolida, em meados da década de 1980, com uma população composta, prioritariamente, por migrantes e pessoas de baixa renda, em busca de oportunidades de trabalho e/ou expulsos de seus locais de origem pela especulação imobiliária (MATTOS, 2008:106).

Esse fato pode ser visualizado no Mapa 2 em que fica evidente a correlação entre crescimento desordenado e exclusão social, pois, no município, apenas uma pequena faixa na parte noroeste apresenta uma proporção de pessoas sem rendimentos inferior a

30%. No resto do município prevalece a proporção de mais de 30% sem rendimentos, com destaque para a região da Grande Terra Vermelha, em que a proporção de pessoas sem rendimentos encontra-se na faixa de 33 a 36%.



Mapa 2 – Proporção da população sem rendimento no município de Vila Velha – 2000

Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Além disso, na tentativa de contribuir para as discussões sobre os impactos sociais e espaciais, decorrentes das transformações econômicas que vêm ocorrendo no Brasil, desde meados de 1980, esta pesquisa adotou a classificação criada a partir de categorias sócio-ocupacionais (CATs), através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras. As CATs resultam dos dados de ocupação do censo, acrescidos de informações de escolaridade, e foram criadas por Edmond Preteceille e Luis César de Queiroz Ribeiro, no âmbito do Observatório das Metrópoles, para uso nacional, a fim de permitir comparabilidade dos dados das diferentes metrópoles.

As categorias sócio-ocupacionais foram agrupadas a partir das ocupações discriminadas no censo demográfico e construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo,

trabalho manual versus não manual e atividades de controle e de execução. Também foi considerada a diferenciação entre setores da produção, como o secundário e o terciário, e foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (RIBEIRO: 2005).

O Quadro 1 mostra as 24 categorias sócio-ocupacionais definidas pela pesquisa, divididas em oito grandes grupos.

Quadro 1
Categorias sócio-ocupacionais

Dirigentes	Grandes Empregadores Dirigentes do Setor Público Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de Nível Superior	Profissionais Autônomos de Nível Superior Profissionais Empregados de Nível Superior Profissionais Estatutários de Nível Superior Profissionais de Nível Superior
Pequenos Empregadores	Pequenos Empregadores
Categorias Médias	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações de Saúde e Educação Ocupações de Segurança, Justiça e Correios Ocupações Artísticas E Similares
Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do Comércio Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores Manuais da Indústria Moderna Trabalhadores Manuais da Indústria Tradicional Trabalhadores Manuais de Serviços Auxiliares Trabalhadores Manuais da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	Prestadores de Serviços não Especializados Trabalhadores Domésticos Ambulantes e Biscateiros
Agricultores	Agricultores

Fonte: Bógus; Pasternak, 2007:5

Como forma de identificar e posteriormente analisar o espaço metropolitano e a estrutura sócio-ocupacional da RMGV em 2000, foram utilizados dois métodos complementares.

Em primeiro lugar foi feita uma análise fatorial e a partir desta análise cada uma das 59 AEDs da RMGV foi incluída numa tipologia de área. Os procedimentos para tanto foram:

- Cálculo das porcentagens das categorias sócio-ocupacionais, para cada uma das 59 AEDs da Grande Vitória em 2000;
- Aplicação de Análise Fatorial por Componentes Principais, nas diferenças de porcentagens e classificação hierárquica das mesmas. Esse procedimento permitiu a construção de uma tipologia em 4 *clusters*⁵ principais.
- Aplicação dos mesmos procedimentos para três dos quatro grandes *clusters* acima referidos. O resultado desses procedimentos levou à construção de uma nova tipologia mais detalhada (BÓGUS; PASTERNAK, 2007).

A tipologia criada dividiu a população metropolitana em quatro grandes grupos: Agrícola, Popular, Média e Superior. Na RMGV, de acordo com a análise fatorial, foram definidos cinco grupos sócio-ocupacionais: Superior, Médio e Superior, Médio e Operário, Popular e Agrícola.

O Quadro 2 apresenta a distribuição das pessoas economicamente ativas na RMGV por categorias ocupacionais e por *clusters*.

⁵ Espaço geográfico caracterizado como um grupamento de ocupações em categorias sócio-ocupacionais.

Quadro 2
Pessoas Economicamente Ativas por Categorias Ocupacionais e Clusters
RMGV – 2000

Categorias Ocupacionais	Clusters					
	Superior	Médio e Superior	Médio e Operário	Popular	Agrícola	Total
Agricultores	93	599	1.790	7.302	2.408	12.192
Grandes Empregadores	1.533	1.611	690	322	0	4.156
Dirigentes do Setor Público	298	489	350	254	0	1.391
Dirigentes do Setor Privado	273	449	395	174	9	1.300
Pequenos Empregadores	3.207	5.403	6.737	2.397	138	17.882
Ocupações Artísticas e Similares	451	1.450	3.118	1.427	0	6.446
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1.629	2.710	2.281	959	56	7.635
Profissionais Empregados de Nível Superior	2.222	5.596	3.169	1.106	0	12.093
Profissionais Estatutários de Nível Superior	717	1.524	1.162	348	20	3.771
Professores de Nível Superior	1.068	3.686	3.922	1.045	15	9.736
Ocupações de Escritório	2.510	11.357	29.466	10.267	160	53.760
Ocupações de Supervisão	1.958	5.784	9.175	3.970	152	21.039
Ocupações Técnicas	2.097	8.801	18.053	6.090	123	35.164
Ocupações Médias da Saúde e Educação	567	4.213	11.636	4.761	133	21.310
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	814	2.516	5.798	1.483	35	10.646
Trabalhadores do Comércio	1.033	6.801	27.552	15.055	504	50.945
Prestadores de Serviços Especializados	555	6.306	30.633	21.174	637	59.305
Trabalhadores da Indústria Moderna	114	1.882	14.303	7.888	170	24.357
Trabalhadores da Indústria Tradicional	308	2.663	16.168	8.447	230	27.816
Operários dos Serviços Auxiliares	174	2.386	17.467	9.329	233	29.589
Operários da Construção Civil	228	3.253	21.292	25.312	697	50.782
Trabalhadores Domésticos	1.177	4.477	20.540	24.751	758	51.703
Ambulantes	167	2.550	9739	6.020	133	18.609
Biscateiros	48	511	2792	2.001	56	5.408
Prestadores de Serviços Não Especializados	170	2.796	13.887	14.197	437	31.487
Total	23.411	89.813	272.115	176.079	7.104	568.522

O Quadro 3 apresenta a densidade das categorias ocupacionais por clusters, em 2000, na RMGV.

Quadro 3
Densidade das Categorias Ocupacionais por Clusters
RMGV – 2000

Categorias Ocupacionais	Clusters					
	Superior	Médio e Superior	Médio e Operário	Popular	Agrícola	Total
Agricultores	0,19	0,31	0,31	1,93	15,81	1,00
Grandes Empregadores	8,96	2,45	0,35	0,25	0,00	1,00
Dirigentes do Setor Público	5,20	2,23	0,53	0,59	0,00	1,00
Dirigentes do Setor Privado	5,10	2,19	0,63	0,43	0,55	1,00
Pequenos Empregadores	4,36	1,91	0,79	0,43	0,62	1,00
Ocupações Artísticas e Similares	1,70	1,42	1,01	0,71	0,00	1,00
Profissionais Autônomos de Nível Superior	5,18	2,25	0,62	0,41	0,59	1,00
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,46	2,93	0,55	0,30	0,00	1,00
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4,62	2,56	0,64	0,30	0,42	1,00
Professores de Nível Superior	2,66	2,40	0,84	0,35	0,12	1,00
Ocupações de Escritório	1,13	1,34	1,15	0,62	0,24	1,00
Ocupações de Supervisão	2,26	1,74	0,91	0,61	0,58	1,00
Ocupações Técnicas	1,45	1,58	1,07	0,56	0,28	1,00
Ocupações Médias da Saúde e Educação	0,65	1,25	1,14	0,72	0,50	1,00
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,86	1,50	1,14	0,45	0,26	1,00
Trabalhadores do Comércio	0,49	0,85	1,13	0,95	0,79	1,00
Prestadores de Serviços Especializados	0,23	0,67	1,08	1,15	0,86	1,00
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,11	0,49	1,23	1,05	0,56	1,00
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,27	0,61	1,21	0,98	0,66	1,00
Operários dos Serviços Auxiliares	0,14	0,51	1,23	1,02	0,63	1,00
Operários da Construção Civil	0,11	0,41	0,88	1,61	1,10	1,00
Trabalhadores Domésticos	0,55	0,55	0,83	1,55	1,17	1,00
Ambulantes	0,22	0,87	1,09	1,04	0,57	1,00
Biscateiros	0,22	0,60	1,08	1,19	0,83	1,00
Prestadores de Serviços Não Especializados	0,13	0,56	0,92	1,46	1,11	1,00
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Também, algumas das principais características dos grupos sócio-ocupacionais da RMGV, em 2000, são apresentadas no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4.4
Perfil das Famílias da RMGV em 2000

GRUPOS	Perfil em 2000
Superior	<p><i>Cluster</i> Superior, composto pelas categorias de: Grandes Empregadores; Dirigentes do Setor Público; Dirigentes do Setor Privado; Pequenos Empregadores; Profissionais Autônomos de Nível Superior; Profissionais Empregados de Nível Superior; Profissionais Estatutários de Nível Superior; Profissionais de Nível Superior.</p> <p>Área com alta densidade de ocupados da elite dirigente – grandes empregadores (8,96), dirigentes do setor público (5,20) e dirigente do setor privado (5,10) com uma média de (6,42), com destaque especial para os primeiros (8,96).</p> <p>A elite intelectual, constituída pelos profissionais autônomos de nível superior (5,18), profissionais empregados de nível superior (4,46), profissionais estatutários de nível superior (4,62) e professores de nível superior (2,66), também apresenta densidade alta (4,23), principalmente na categoria de profissionais autônomos do nível superior (5,18).</p> <p>Os pequenos empregadores também apresentam alta densidade (4,36).</p> <p>Nesta tipologia vai aparecer densidade maior que 1 para categorias médias, principalmente nas ocupações de supervisão (2,26) e ocupações de segurança pública, justiça e correios (1,86).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 23.411, o que representa 4,11% da população total de ocupados.</p> <p>Entre as oito categorias, estão 46,76% dos ocupados do cluster.</p>
Médio e Superior	<p>O grupo médio é composto pelas categorias de: Ocupações de Escritório; Ocupações de Supervisão; Ocupações Técnicas; Ocupações de Saúde e Educação; Ocupações de Segurança, Justiça e Correios; e Ocupações Artísticas e Similares.</p> <p>Nesta tipologia vai aparecer densidade maior que 1 para as categorias médias (1,47). Entre elas, distinguem-se as ocupações de supervisão, com densidade de 1,74 e as ocupações técnicas (1,58).</p> <p>A elite dirigente aparece com densidade de 2,29 (menor que a densidade do <i>cluster</i> anterior, que era de 6,42) e de 2,53 para a elite intelectual, também menor que a do <i>cluster</i> anterior.</p> <p>Os pequenos empregadores também apresentam densidade significativa (1,91).</p> <p>A população de ocupados no cluster é de 89.813, o que representa 15,80% da população total de ocupados. Dentre estes, as seis categorias médias, com uma população de 34.121, representam 37,99% dos ocupados no cluster e as oito categorias superiores, 23,90%, com uma população de 21.468.</p>
Médio e Operário	<p>O grupo médio é constituído pelas categorias: Ocupações De Escritório; Ocupações Técnicas; Ocupações Médias da Saúde e Educação; Ocupações de Segurança Pública; Justiça e Correios; Trabalhadores do Comércio; e Prestadores de Serviços Especializados.</p> <p>O grupo operário é composto pelas categorias: Trabalhadores do Comércio; Prestadores de Serviços Especializados, Trabalhadores Manuais da Indústria Moderna; Trabalhadores Manuais da Indústria Tradicional; Trabalhadores Manuais de Serviços Auxiliares; e Trabalhadores Manuais da Construção Civil.</p> <p>O setor secundário, com densidade de 1,13, apresenta um equilíbrio entre os trabalhadores manuais de serviços auxiliares (1,23) e os trabalhadores da indústria tradicional (1,21)</p> <p>No setor terciário, compreendendo as ocupações de: escritório, técnicas, médias da saúde e educação, de segurança pública, justiça e correios, trabalhadores do comércio e prestadores de serviços não especializados, a densidade também é maior que 1. Para</p>

	<p>os trabalhadores do comércio (1,13) e prestadores de serviços especializados (1,13).</p> <p>Os trabalhadores do terciário não especializado também apresentam densidade maior que 1 para as categorias populares, com ambulantes (1,09) e biscateiros (1,08).</p> <p>A população de ocupados no cluster é de 272.115, o que representa 47,86% da população total de ocupados.</p> <p>Do total da população de ocupados do cluster, os ocupantes da categoria média representam 25,02%, os do terciário 21,38%, do secundário 17,61% e do terciário não especializado 4,61%.</p>
Popular	<p>Este <i>cluster</i> é composto pelas categorias de: Prestadores de Serviços não Especializados; Trabalhadores Domésticos; Ambulantes e Biscateiros.</p> <p>Neste <i>cluster</i> distinguem-se os trabalhadores domésticos (1,55) e os prestadores de serviços não especializados (1,46).</p> <p>Nesta tipologia aparecem com densidades maiores que 1, no setor terciário, os prestadores de serviços especializados (1,15). No setor secundário, os trabalhadores da indústria moderna (1,05), os trabalhadores manuais de serviços auxiliares (1,02).</p> <p>Entre as ocupações operárias, distinguem-se os trabalhadores manuais da construção civil, com densidade de 1,61. Também aparecem com densidade significativa os agricultores (1,93).</p> <p>Do total da população de ocupados do cluster, os ocupantes do setor terciário representam 12,03%, do secundário 24,15%, do terciário não especializado 26,6% e dos agricultores 4,15%.</p>
Agrícola	<p><i>Cluster</i> nitidamente agrícola, com densidade de 15,81 para os trabalhadores agrícolas.</p> <p>Também aparecem com densidade maior que 1 os trabalhadores manuais da construção civil (1,10), trabalhadores domésticos (1,17) e prestadores de serviços não especializados (1,11).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 7.104, o que representa 1,26% da população total de ocupados.</p> <p>Do total da população de ocupados do <i>cluster</i>, os ocupantes do setor agrícola respondem por 33,89%.</p>

Assim, do ponto de vista de distribuição da população na RMGV, por tipo de grupos, podemos destacar:

- O grupo Médio e Operário apresenta a maior concentração populacional de ocupados da região, com 47,86% da população total de ocupados; seguido pelo grupo Operário, cuja população de ocupados no cluster é de 176.079, o que representa 30,97% da população total de ocupados;
- No grupo Médio Superior, a população de ocupados no *cluster* é de 89.813, o que representa 15,80% da população total de ocupados. Dentre estes, as seis categorias médias, com uma população de 34.121, representam 37,99% dos ocupados no *cluster*, e as oito categorias superiores, 23,90%, com uma população de 21.468;

- Já o grupo Superior representa apenas 4,11% da população total de ocupados da região e o grupo Agrícola, 1,26%.

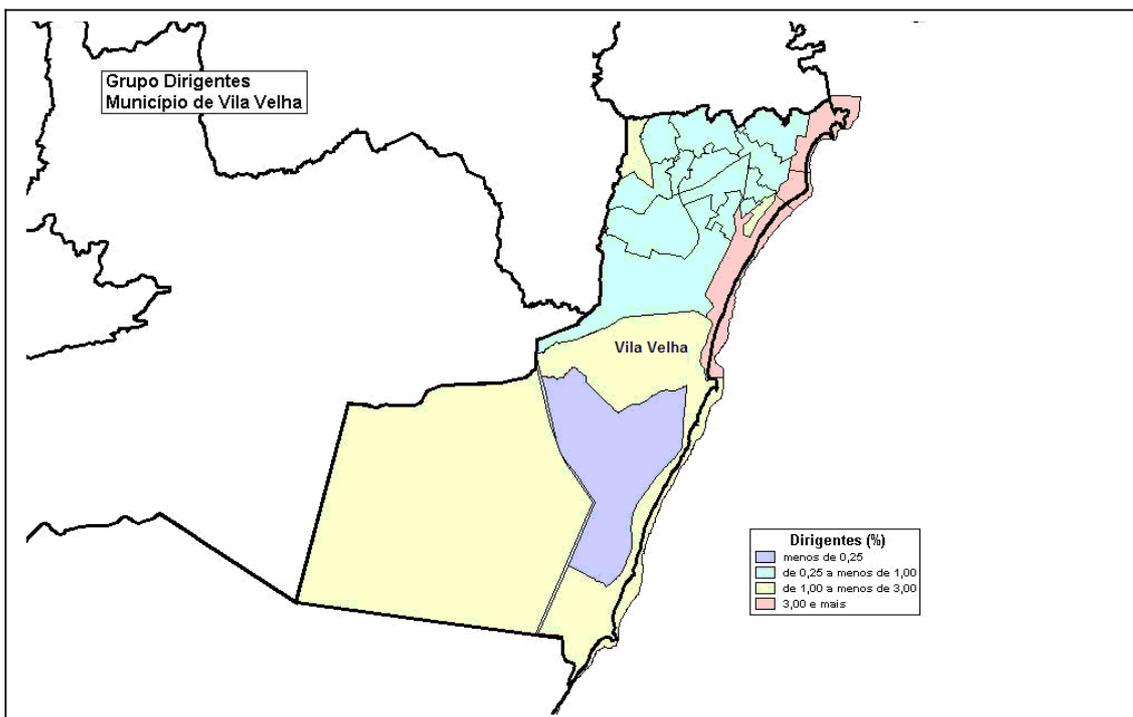
Com base nesses dados, a segregação espacial, a partir da distribuição espacial destes grupos, no município de Vila Velha, será apresentada a seguir.

A análise da segregação espacial na Grande Terra Vermelha, a partir das categorias sócio ocupacionais

Os mapas 3, 4, 5 e 6 permitem entender a dinâmica da segregação espacial no município de Vila Velha. A maior densidade de Dirigentes, Empregadores e Profissionais de Nível Superior está concentrada no noroeste da orla, nos bairros da Praia da Costa, Itapuã e Itaparica, reduto tradicional da classe média e alta do município, cuja concentração se dá mais em função das preferências por residir nessa localidade do que pela existência de atividades econômicas, que venham a exigir dirigentes tanto dos setores público e privados e principalmente dos grandes empregadores.

Por outro lado, as atividades terciárias se concentram mais no Centro do município, com destaque para as atividades do setor financeiro, e no pólo de confecções do bairro da Glória, onde está presente um conjunto de serviços como comércio atacadista e varejista.

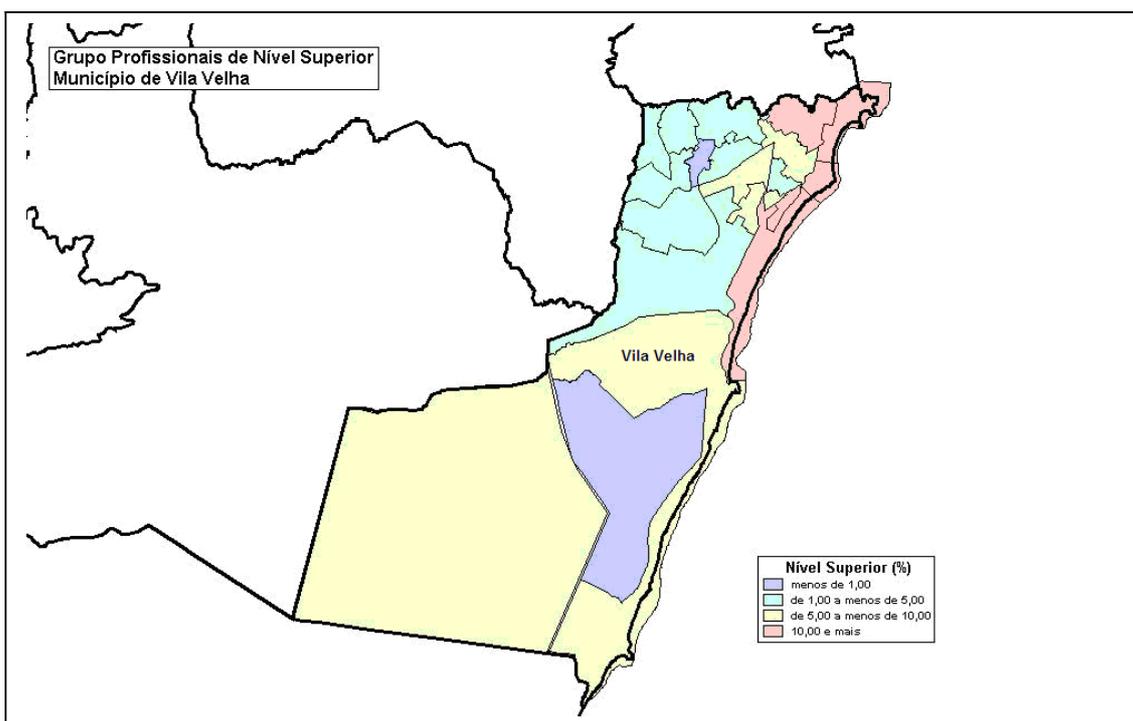
Mais ao sul do município, em especial na região de Grande Terra Vermelha, em que se concentram as classes D e E, a maior densidade se dá nas atividades terciárias não especializadas.



Mapa 3 – Proporção do grupo de dirigentes do município de Vila Velha – 2000

Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

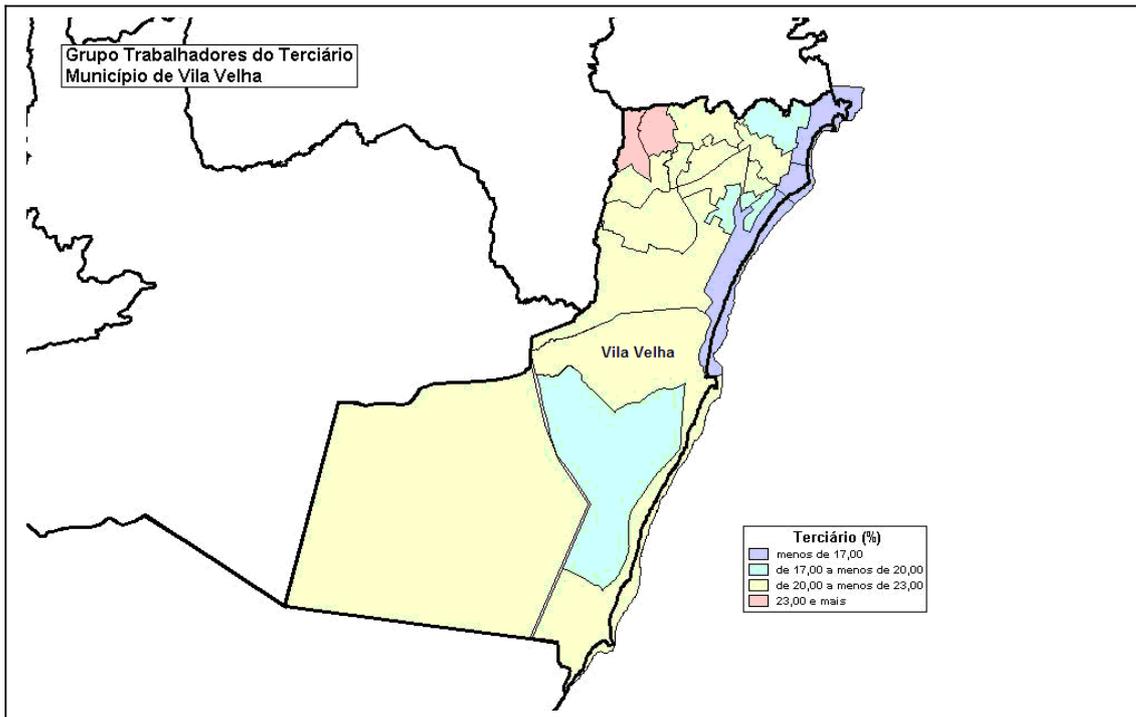
Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000



Mapa 4 – Proporção do grupo de profissionais de nível superior do município de Vila Velha – 2000.

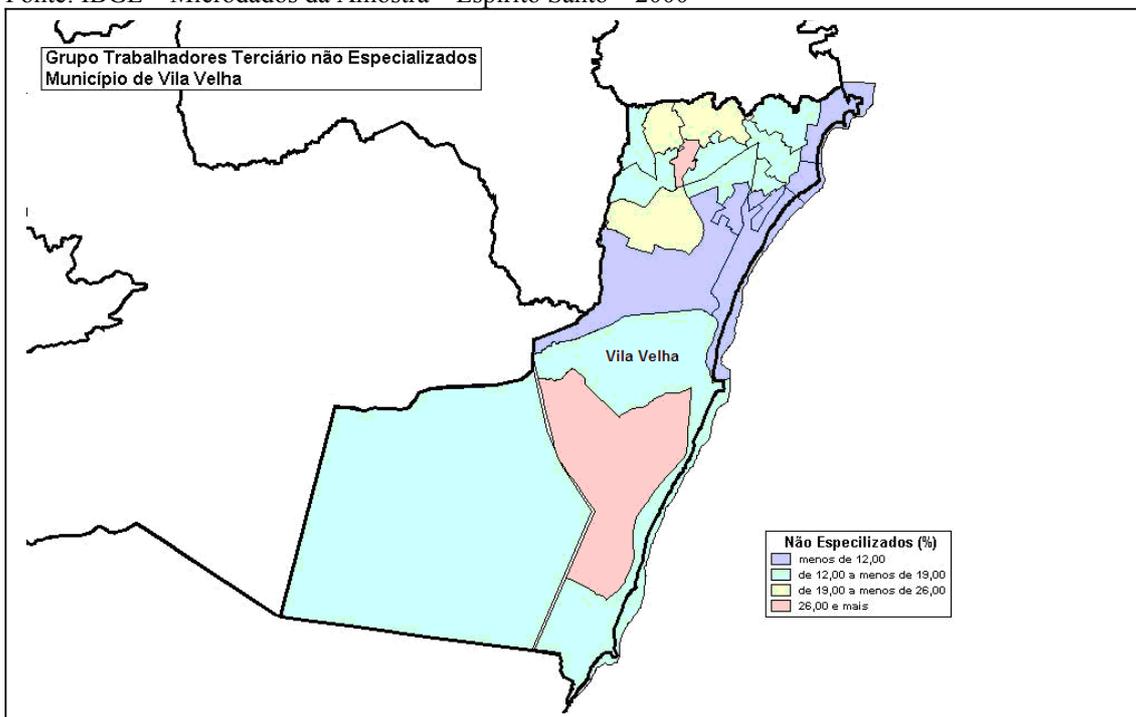
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000



Mapa 5 – Proporção do grupo de trabalhadores do terciário do município de Vila Velha – 2000. Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000



Mapa 6 – Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados do município de Vila Velha – 2000. Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Com isso, constata-se que na região da Grande Terra Vermelha, onde predominam as categorias sócio-ocupacionais de Prestadores de Serviços não Especializados, Trabalhadores Domésticos, Ambulantes e Biscateiros (MATTOS, 2008), evidencia-se o padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região, impactando principalmente os jovens, produtos de uma sociedade excludente, em decorrência das mudanças econômicas na região, entre as décadas de 1970 e 1980, que, culminaram em transformações na estrutura de empregos gerando desagregação e transformações dos laços culturais e sociais da população em questão.

Conclusão

A adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotados pelo governo Estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando uma substituição do modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória, por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advinda do campo, num primeiro momento inserida nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e, com a conclusão dos mesmos, colocada fora do mercado de trabalho formal.

Esse cenário acirrou o processo de segregação sócio espacial que se reflete nas desigualdades sociais e na degradação ambiental, além de evidenciar grande concentração de população sem rendimentos na porção sudoeste de Vila Velha, conhecida como Grande Terra Vermelha, porção esta que foi constituída por invasões a partir do início da década de 1970. Por outro lado, na faixa litorânea noroeste, espaço da classe média alta e alta, estão concentrados os menores índices de pessoas sem rendimentos do município.

Esses dados, aliados à distribuição espacial das categorias ocupacionais, em que se observa que o grupo dos dirigentes e dos profissionais de nível superior está concentrado exatamente nas mesmas regiões onde se constatou a menor concentração da população sem rendimentos, expressam o padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

Os dados deste estudo levantam uma questão de pesquisa sobre a qual estamos nos debruçando, que visa estudar a concomitância de um padrão de exclusão e de desigualdade social com a exclusão de áreas naturais e a sua degradação ambiental, ambos produzida por este processo de desenvolvimento periférico. Segundo nossa compreensão, esta concomitância traduz (e reproduz) a incoerência sistêmica e estrutural do modelo capitalista de desenvolvimento, que acaba por caracterizá-lo como sendo social e ecologicamente insustentável.

Referências

BÓGUS, Lucia; PASTERNAK TASCHNER, Suzana. Dinâmica intra-metropolitana e organização social dos territórios na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., 2007, Caxambu. *Anais do 31º ENANPOCS*, [Caxambu]: Anpocs, 2007, p.1-25.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MATTOS, Rossana F. S.. *Desigualdade sócio-espacial e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita, BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org). *Desigualdade e a questão social*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2004, p.51-161.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. *Fragmentações sócio-espaciais e criminalidade violenta: o caso de Terra Vermelha - Aglomeração de Vitória – ES*. Disponível em: http://www.revistahumanas.inf.br/claudio_artigo2.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

